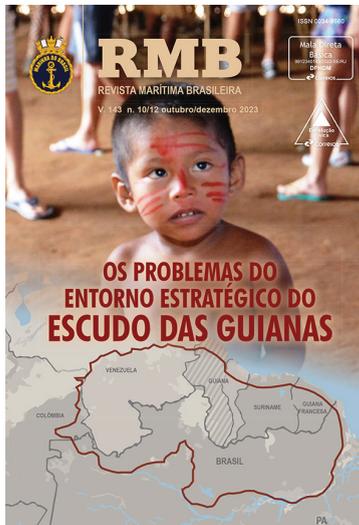


NOSSA CAPA



OS PROBLEMAS DO ENTORNO ESTRATÉGICO DO ESCUDO DAS GUIANAS

ALI KAMEL ISSMAEL JUNIOR*
Capitão de Fragata (EN)

SUMÁRIO

Introdução
O Entorno Estratégico do Escudo das Guianas
Entrevistas
Discussão
Conclusões

INTRODUÇÃO

A fronteira do Brasil com a República Bolivariana da Venezuela, a República do Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Departamento

Ultramarino e a Região da Guiana (Guiana Francesa) engloba um dos mais complexos e importantes entornos estratégicos para o desenvolvimento e o futuro do nosso país. Em função das riquezas naturais existentes e do componente humano

* Mestre em Engenharia Elétrica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ). Especialista em Análise do Ambiente Eletromagnético pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Engenheiro Elétrico com ênfase em Sistemas Eletrônicos, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Serve atualmente no Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), como chefe da Célula de Controle de Projetos, Engenharia e Atividades Militares.

regional local (agricultores, indígenas e garimpeiros, entre outros), percebe-se a existência de inúmeras narrativas sobre o papel dos diversos atores diretamente envolvidos e as possíveis ações de Estado e de Governo para o desenvolvimento da região. No entanto, o que, mormente, surge para a opinião pública, na maior parte das vezes, são análises com vies por parte, principalmente, dos seguimentos políticos e da mídia (que, em alguns casos, nunca estiveram ou viveram onde ocorrem os fatos).

O autor deste artigo, motivado por sua participação como estagiário do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) 2022 na Escola Superior de Guerra (ESG), a partir da metodologia (BRASIL, 2019) sobre as Expressões do Poder Nacional preconizada pela ESG, coletou informações sobre o tema, por meio de entrevistas realizadas com duas personalidades com conhecimentos relevantes sobre o entorno estratégico mencionado: o Professor Doutor Lúcio Keury Almeida Galdino (Figura 1a), integrante do Corpo Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Roraima (UERR), autor das obras *Roraima: Da colonização ao Estado* (Tomo I), *Roraima: Socieda-*

de, política e meio ambiente (Tomo II) e *Roraima: Questão indígena* (Tomo III); e o Coronel (EB-Ref.) Gélío Augusto Barbosa Fregapani (Figura 1b), que foi 6º comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), ex-assessor de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e ex-secretário de Segurança de Roraima.

Desta forma, a partir dos pontos de vista dos dois entrevistados, o propósito deste artigo é apresentar os problemas envolvidos e as diferentes visões sobre as possíveis soluções para a tomada de ações estratégicas por parte das autoridades competentes, de forma a sensibilizar os leitores para a importância da defesa das riquezas da Amazônia e do uso delas para incrementar o desenvolvimento da região em prol do bem comum não somente da população local, mas de todos os brasileiros.

O ENTORNO ESTRATÉGICO DO ESCUDO DAS GUIANAS

A região de interesse deste trabalho é conhecida como Planalto, ou Escudo, das Guianas, uma formação geológica localizada entre o Oceano Atlântico e as



Figura 1 – (a) Prof. Dr. Lúcio Keury Almeida Galdino; e (b) Cel. Gélío Augusto Barbosa Fregapani

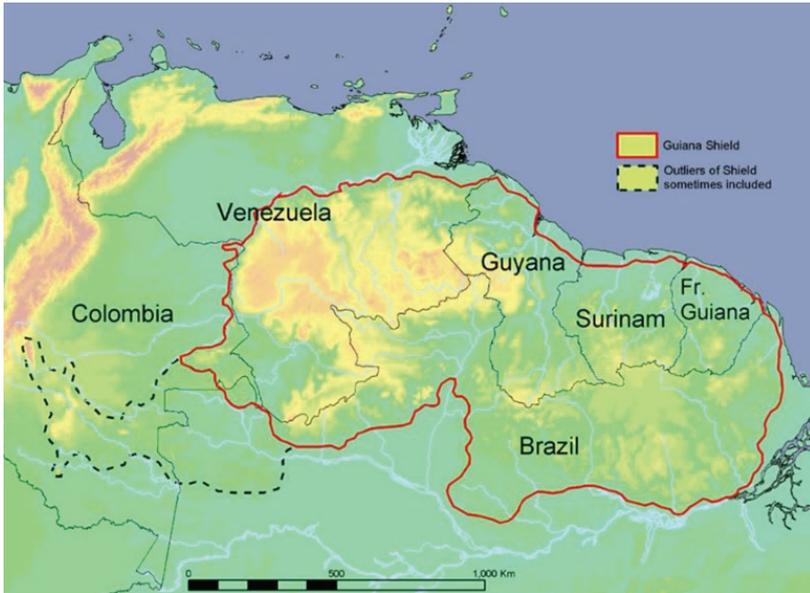


Figura 2 – Área Geográfica do Escudo das Guianas (WIKIPEDIA, 2022)

planícies amazônica e do Rio Orinoco, prolongando-se através da área de fronteira entre Brasil, Venezuela e Guianas, apresentando, contudo, uma fração no território da Colômbia, conforme a Figura 2 (WIKIPEDIA, 2022).

Diante das riquezas naturais minerais e de biodiversidade existentes, além do componente humano regional local (agricultores, indígenas e garimpeiros, entre outros), ela traz um dos mais complexos e importantes entornos estratégicos para o desenvolvimento e o futuro do Brasil. No entanto, a ocorrência de diversos problemas associados, principalmente, à extração ilegal das riquezas existentes, com prejuízo da população local e do meio-ambiente, com participação, inclusive, de agentes estrangeiros ou transnacionais, representa uma grave adversidade para a soberania e o desenvolvimento não só da região, mas do nosso país, conforme as Figuras 3a, 3b e 3c.

Nos próximos tópicos, utilizando a metodologia sobre as Expressões do Poder Nacional (Política, Econômica, Militar, Psicossocial e Científica e Tecnológica), preconizada pela Escola Superior de Guerra (BRASIL, 2019), serão apresentadas as entrevistas com o Prof. Dr. Lúcio Keury Almeida Galdino e o Cel. (EB-Ref.) Gélio Augusto Barbosa Fregapani, já mencionados no início deste artigo.

ENTREVISTAS

Prof. Dr. Lúcio Keury Almeida Galdino

Data da entrevista: 8 de abril de 2022, por videoconferência Webex, das 16 horas às 17h30. Foi feita a seguinte pergunta: Na opinião do senhor, quais os maiores problemas, considerando as cinco expressões do Poder Nacional (a Política, a Econômica, a Psicossocial, a Militar e a



Figura 3 – (a) Canteiro de garimpo no Uraricoera (G1, 2021); (b) A demarcação de terras indígenas é um direito assegurado por lei (SOUSA, 2021); e (c) Casal de missionários norte-americanos Steve e Robin Campbell com índios da etnia Jamamadi, no sul do Amazonas

Científica e Tecnológica) que o estado de Roraima possui hoje, levando-se em conta, especialmente, o fato de fazer fronteira com a Venezuela e a Guiana?

O Professor Lúcio Galdino iniciou sua explanação mencionando os aspectos geográficos do estado de Roraima (RR), que podem ser associados às expressões Econômica e Científica e Tecnológica do Poder Nacional. Roraima localiza-se na porção setentrional da região amazônica brasileira, fazendo fronteira com a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana e divisa com os estados do Amazonas e o Pará. Roraima faz parte, ainda, do Planalto das Guianas, também conhecido como Escudo das Guianas. Essa região é uma das mais antigas do planeta, tendo idade geológica estimada entre 3 e 4 bilhões de anos, sendo, assim, formada na Era Pré-Cambriana, o que subsidiou nessa região, em seu subsolo, o surgimento de metais preciosos e semipreciosos. Além disso, estudos apontam que Roraima faz parte da bacia petrolífera da República Cooperativa da Guiana (antiga Guiana Inglesa), o que coloca o estado num cenário de estratégia econômica para o Brasil na exploração desta riqueza e que também poderá atrair a cobiça externa ao território brasileiro.

Segundo o Prof. Lúcio Galdino, podem-se encontrar no estado de RR riquezas como: ouro, diamantes, nióbio e cassiterita, entre outros tipos de metais de grande interesse econômico para indústrias de alto valor tecnológico agregado, como a Eletrônica, a Mecânica e a Aeroespacial. Para se ter a dimensão da

importância da região, aproximadamente entre 90% a 95% do nióbio existente no planeta encontra-se no Brasil, e, destes, acredita-se que cerca de 50% estão nos estados do Amazonas (em especial, no município de São Gabriel da Cachoeira, com uma das maiores reservas mundiais), Rondônia e Roraima. Além disso, estudos preliminares apontam que o estado roraimense faz parte da bacia petrolífera da Guiana, onde este petróleo pode ser extraído por terra, de forma muito similar ao que acontece no Rio Grande do Norte (RN) e no estado do Texas, nos Estados Unidos da América (EUA).

Considerando, ao lado das expressões Econômica e Científica e Tecnológica, a Militar e a Psicossocial do Poder Nacional, o Prof. Lúcio Galdino fez a conexão de que a porção norte de Roraima, onde se localizam as riquezas minerais mencionadas anteriormente, possui a maior concentração de reservas indígenas do estado. Para fins de co-

Cerca de 90% a 95% do nióbio existente no planeta encontra-se no Brasil, e, destes, acredita-se que cerca de 50% estão no Amazonas, Rondônia e Roraima

nhecimento, Roraima tem 32 Terras Indígenas (TI), ocupando cerca de 46% do território roraimense, com cerca de 12% de sua população absoluta de origem indígena (concentradas em 28 etnias), e a maior parte dessa população vive nestas TI. Para se ter uma ideia, segundo o Prof. Lúcio Galdino, o estado de Roraima controla sob sua jurisdição, aproximadamente, 28% do seu território, estando o restante sob controle do Governo Federal (União), sob a forma de Reservas Indígenas, áreas para bases militares para controle de fronteiras (com a Venezuela e a Guiana), áreas do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Áreas de Proteção Ambiental (APP). Por conta de as reservas estarem localizadas onde se encontram as riquezas minerais supracitadas, isto acaba por acarretar na exploração das populações indígenas por parte do extrativismo ilegal hoje existente no estado. Por isso, o Prof. Lúcio Galdino mencionou que os indígenas hoje são, de fato, uma reserva de pessoal para o Brasil e, consecutivamente, para as Forças Armadas, por estes estarem mais qualificados para combater, por meio do saber tradicional e *in loco*, o extravio das riquezas deste estado, o que faz deles sabedores do território *in natura* e da biodiversidade da região, representando, assim, um componente humano altamente qualificado para ser incluído na Defesa do país, tanto a militar como a do meio ambiente.

O Prof. Lúcio Galdino também mencionou a necessidade de maior infraestrutura viária no Estado, mas realizada de forma a preservar as populações indígenas e o meio ambiente. Hoje a principal rodovia é a BR-174, que liga o Sul ao Norte do Estado, também conhecida por Manaus-Boa Vista. É uma rodovia longitudinal que interliga os estados brasileiros de Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Roraima à Venezuela. Planejada originalmente para facilitar a ligação da Fronteira Brasil-Venezuela com o restante do Brasil, estava previsto, no antigo Plano Nacional de Rodovias, que a BR-174 se estenderia por cerca de 3.320 quilômetros. Contudo, até hoje, vários trechos da rodovia sequer existem,

e os que chegaram a ser abertos estão sem pavimentação ou correm concomitante a outras estradas federais e estaduais. Considerando apenas os trechos existentes oficialmente, a rodovia possui 1.902 quilômetros. É a única ligação de Roraima com o resto do país, sendo sua maior e principal rodovia. Embora iniciada no governo militar, a conclusão de seu asfaltamento e sinalização no trecho norte deu-se somente em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A construção desta rodovia acabou por afetar enormemente a vida das populações indígenas, principalmente na questão do aumento da exploração dessas populações nas atividades de garimpo ilegal e prostituição, o que foi melhor explicado pelo Prof. Lúcio Galdino adiante.

Um outro ponto importante a ser considerado na problemática de Roraima, segundo o Prof. Lúcio Galdino, é o fato de a economia do estado estar fortemente conectada

Sem a resolução da questão energética, dificilmente empresas de grande conteúdo industrial e tecnológico se motivarão a investir e se instalar em Roraima

ao setor terciário (comércio e serviços), o que explica, em termos percentuais, os quase 65% da população do Estado estar empregada no funcionalismo público (concursados e/ou cargos comissionados). Cabe ressaltar que a contribuição da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) do estado é incipiente. Já o setor primário vem crescendo com a expansão das fronteiras agrícolas, e o agronegócio está ganhando destaque e força (com observação das preocupações ambientais). Conforme o Prof. Lúcio Galdino, a questão da energia limitada dificulta, significativamente, o desenvolvimento

do setor secundário (indústrias). Isso se detalha pelo crônico problema da matriz energética do estado. A rede elétrica de Roraima não é interligada ao Sistema Nacional de Energia, o que faz com que haja constantes quedas de energia. No passado recente, o estado tinha dependência extrema da energia comprada da Venezuela, substituída, nos dias atuais, pela dependência de termelétricas, o que encarece o serviço, mesmo com a má qualidade do que é fornecido. Segundo o professor, Roraima tem dois municípios que fazem parte da Zona Franca de Manaus (a capital Boa Vista e Bonfim), e, em tese, já existem condições para que o aumento da contribuição industrial para a economia do Estado ocorra. Porém, sem a resolução desta questão energética, dificilmente empresas de grande conteúdo industrial e tecnológico se motivarão a investir e se instalar no estado, o que faz a população depender do serviço público comissionado ou concursado, da “grande máquina” da empregabilidade.

Abordando com maior ênfase as expressões Militar, Psicossocial e Política do Poder Nacional, o Prof. Lúcio Galdino fez uma explanação sobre a problemática da exploração das Terras Indígenas no que se refere ao extrativismo (vegetal e mineral) ilegal e o que vem sendo noticiado pela mídia nacional. Ao contrário do que se pensa, predominantemente, os indígenas gostam de viver nas suas terras em harmonia com o meio ambiente. Porém sabe-se que existem pequenos grupos de indígenas, influenciados pela

política, que, ao absorverem a cultura do não indígena, “encarnam” o espírito capitalista do tal “desenvolvimento”, pois o isolamento econômico nas Reservas Indígenas, em vez de garantir a preservação ambiental, atçou mais ainda a ganância dessa minoria interessada no extrativismo ilegal. Nesse contexto, são conhecidos os diversos casos de desmate da floresta para se criarem pistas de pouso clandestinas e garimpos ilegais para o roubo das riquezas minerais. E, por conta da falta de opções de integração da população indígena, muitos dos nossos irmãos indígenas têm sido cooptados para este tipo de atividade criminosa, incluindo a prostituição e o estupro de menores e mulheres indígenas.

Embora existam o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e diversos trabalhos de monitoramento por parte das Forças Armadas e da Polícia Federal, esta realidade está longe de ser considerada sob controle. Já é noticiado pela

É possível que haja estrangeiros, além dos brasileiros envolvidos no garimpo ilegal, representando interesses transnacionais para o tráfico de minérios

grande imprensa o envolvimento de grupos criminosos oriundos do Sudeste, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), em Roraima. Segundo o Prof. Lúcio Galdino, é possível que haja estrangeiros, além dos brasileiros envolvidos no garimpo ilegal, representando os interesses transnacionais para o tráfico de minérios para países estrangeiros.

Em relação à questão do garimpo ilegal, o professor mencionou um fator que, mesmo sabendo-se de toda destruição que a atividade do garimpo faz, ainda precisa ser estudado de forma científica e merece a atenção das autoridades e do

poder público: a dimensão dos impactos negativos dessa atividade na realidade da região. Por exemplo, sabe-se que existem as mais diversas contaminações causadas pelo mercúrio para a extração dos minérios de forma ilegal e fora dos padrões exigidos para a conservação do meio ambiente. Já é possível detectar esta contaminação em alguns dos principais rios do estado (Branco, Uraricoera e Mucajaí, entre outros) que fazem parte da rede de água para consumo da população roraimense, também conhecida como Macuxi, em referência à maior etnia indígena do estado e que mais compôs a miscigenação do povo de Roraima. Ainda segundo o Prof. Lúcio Galdino, existe uma grande desconfiança de que o aumento de casos de autismo e câncer no estado esteja relacionado a esta contaminação dos rios por mercúrio.

Um outro fator importante a ser considerado, segundo o professor, é a entrada de imigrantes venezuelanos, por conta da crise política na Venezuela, em busca de oportunidades de viver no Brasil, especialmente nas áreas urbanas do estado, o que, inclusive, motivou a criação da Operação Acolhida, deflagrada pelo Exército Brasileiro desde fevereiro de 2018. O Prof. Lúcio Galdino mencionou que, pelo Censo de 2010, a população de Roraima era de cerca de 450 mil habitantes. Atualmente, estima-se uma população de 653 mil habitantes, sendo que cerca de 15 a 20% são venezuelanos vivendo hoje no estado. A consequência sentida atualmente em Roraima é o aumento da violência e da criminalidade, associadas, principalmente, ao tráfico de drogas e à prostituição nos centros urbanos. O entrevistado, entretanto, mencionou que não é possível afirmar que os venezuelanos estejam diretamente envolvidos na questão do garimpo ilegal.

A falta de outras opções econômicas para a população indígena, mencionada anteriormente, e o quadro adverso promovido pela entrada dos venezuelanos e do garimpo ilegal acabaram por dividir a população indígena em duas vertentes políticas, segundo o professor: os índios classificados como “progressistas”, ou seja, a favor do agronegócio, muitos empregados antes da implantação das reservas indígenas em detrimento das grandes fazendas de plantação de arroz (rizicultura); e os índios classificados como “ambientalistas”, que defendem a preservação das florestas e da cultura indígena de forma isolacionista em relação à cultura do homem branco. Na prática, segundo o Prof. Lúcio Galdino, não há conflitos ou violência entre os grupos, mas essa divisão acaba por contribuir com a não resolução dos problemas, uma vez que diversos grupos externos (política brasileira) contribuem para acirrar ainda mais para que não haja um consenso advindo da população mais afetada pelos problemas aqui citados.

Ao ser questionado pelo entrevistador sobre se poderíamos estender os problemas de Roraima para o estado do Amapá, o professor mencionou que a questão energética (principalmente por depender de usinas termelétricas locais) trava o desenvolvimento industrial desses estados.

Concluindo a entrevista, ele afirmou que a solução para os problemas de Roraima passa pela integração responsável e planejada da população indígena à economia do país (em um modelo de desenvolvimento sustentável) e pela resolução do problema energético, com maior priorização da industrialização, e que os poderes públicos devem encarar o problema não só de Roraima, mas de toda a região amazônica, como prioridade, pois, hoje, especialmente o estado de

Roraima se sente abandonado e, com a imensa quantidade de riquezas minerais, água potável e a biodiversidade existente, com certeza já está incitando a cobiça de grupos econômicos brasileiros, ou até mesmo estrangeiros, agindo de forma ilegal, bem como os países fronteiriços do entorno.

Coronel (EB-Ref.) Gélío Augusto Barbosa Fregapani

Data da entrevista: 29 de abril de 2022, por videoconferência Webex, das 18 horas às 19h30. Foi feita a seguinte pergunta: na opinião do senhor, quais são os maiores problemas, considerando as cinco expressões do Poder Nacional (a Política, a Econômica, a Psicossocial, a Militar e a Científica e Tecnológica), para a região fronteira do entorno estratégico das Guianas e do Suriname?

O Cel. Fregapani iniciou sua explanação mencionando os aspectos geográficos da região das Guianas e do Suriname, que podem ser associados às expressões Econômica e Científica e Tecnológica do Poder Nacional. A formação geológica da área fronteira entre o Brasil e a Venezuela, o Suriname, a Guiana e a Guiana Francesa, também conhecida como Escudo das Guianas, teve sua origem quando do encontro do Maciço (ou Planalto) das Guianas com o Planalto Brasileiro, em épocas geológicas remotas, e a cisão entre estes maciços teria dado surgimento à bacia amazônica, por conta do rompimento da barragem natural que mantinha um

antigo lago que existia na região anterior (uma baixada de aluvião que ia do Rio Negro até o Rio Orinoco, na Venezuela). Este lago, ao transbordar, gerou os rios, como o Amazonas e o Negro. O coronel também mencionou que, com o surgimento dos Andes nesta mesma época de transbordamento do antigo lago, todo o ar úmido gerado pelos ventos alísios, ao Norte e ao Sul da Linha do Equador, se concentra no topo do Escudo das Guianas, sendo esta área a verdadeira região de floresta tropical, também chamada pelos indígenas de “kaeté”, que significa “mata verdadeira, mata virgem, que nunca foi roçada”. Dos pontos mais altos até a descida para a bacia amazônica, a região vai migrando para regiões de florestas menos

densas, com terreno arenoso e pantanoso, e os indígenas a chamam de “campina-arama”, ou “falsa floresta”, não correspondendo, dessa forma, a uma verdadeira floresta tropical. Como exemplo dessa área, tem-se o *gap* do Rio Tacutu, na fronteira

O Planalto das Guianas, por conta de sua formação geológica, possui as maiores riquezas minerais e petrolíferas do mundo, o que atiza a cobiça de grupos econômicos internacionais

entre Roraima e a Guiana. Nessa região, inclusive, foram encontradas reservas de lençol petrolífero no subsolo, que se localizam tanto no território da Guiana (que já está explorando-a) como no brasileiro. A região serrana é constituída – de oeste para leste – pelas serras do Imeri, Parima, Pacaraima, Acaraí e Tumucumaque. É na Serra do Imeri que se encontra o ponto mais alto do Brasil, o Pico da Neblina, nas imediações do extremo norte do estado do Amazonas, com 2.995 metros de altitude, sendo igualmente o ponto mais elevado de todo

o planalto. Toda a formação geológica do planalto é uma das mais antigas da Terra, datada da Era Pré-Câmbrica. Segundo o Cel. Fregapani, por conta desta formação geológica antiga, a região é possuidora das maiores riquezas minerais e petrolíferas, ainda fracamente exploradas, do mundo, o que atíça a cobiça por parte de grupos econômicos do Canadá, dos EUA, da Europa e também de russos e chineses. Considerando toda a região do Escudo das Guianas, o Brasil possui em seu território cerca de 55% a 60% da área total, onde justamente se localizam as maiores concentrações de minérios de alto valor econômico e utilizados em

indústrias de alto valor tecnológico agregado, como ouro, diamante, cassiterita, bauxita, criolita, estanho, nióbio, terras raras etc. Para se ter uma dimensão disso, o militar mencionou que cerca de 96% do nióbio existente no planeta se encontra na região, especialmente no Morro de Seis Lagos, próximo à cidade de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, e que hoje é área de reserva ambiental. O entrevistado também citou como exemplo a alta concentração de cassiterita e estanho na região amazônica, onde a produção de cerca de 3 a 6 kg/m³ não se compara com a produção do resto do mundo, de cerca de 80 g/m³.

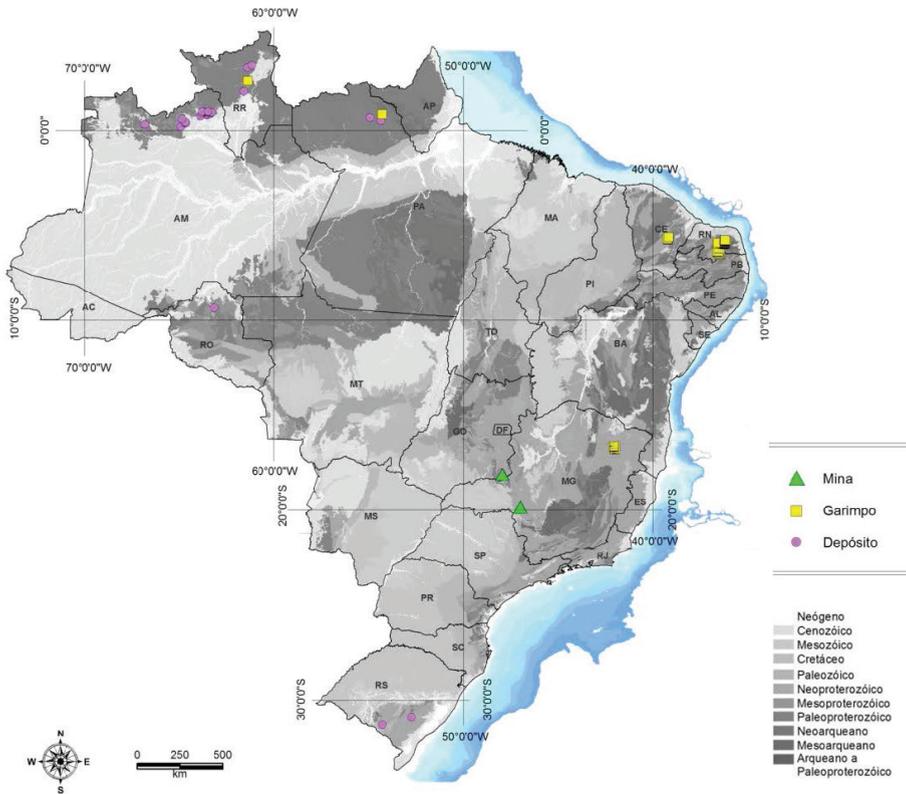


Figura 4 – Nióbio no Brasil

Considerando ainda as expressões Econômica e Científica e Tecnológica, aliadas às expressões Militar e Psicossocial do Poder Nacional, o Cel. Fregapani mencionou que a situação atual, especialmente em Roraima, é extremamente preocupante em tocante à soberania nacional. Conforme explicado pelo coronel, em função das imensas e ainda pouco exploradas jazidas minerais da região, existe, desde a década de 60, uma forte pressão política de grupos econômicos estrangeiros e transnacionais para explorar a região de forma desfavorável ao Brasil, às vezes apelando até para a ilegalidade e o crime, sendo esta situação, conforme suas palavras, um “jogo duro”. Esses grupos econômicos se aproveitam das dificuldades para o desenvolvimento da região e da questão ambiental e das reservas indígenas (como os Ianomâmis) para fazer valer seus interesses em detrimento da vida da população local (garimpeiros, produtores agrícolas e os próprios indígenas) e dos interesses do Brasil.

O Cel. Fregapani, explicando esse “jogo duro” do cartel de mineradoras, levantou suspeitas sobre a morte de Octávio Cavalcanti Lacombe, antigo presidente da Paranapanema S. A. Mineração, Indústria e Construção, que, com a exploração de minas na Amazônia, chegou a ser considerado o “rei do estanho”, mas pediu concordata para a empresa diante de antagonismos ao seu negócio. Ele morreu em 21 de junho de 1992, aos 65 anos, em um acidente de carro em Avaré, São Paulo. Outra morte citada como suspeita foi a do Coronel Engenheiro do Exército Brasileiro (Reserva) Nelson Dorneles da Silva, que trabalhava na empresa Paranapanema. O entrevistado também falou sobre o incentivo velado, ou a omissão de governos estrangeiros, na década de 80, durante a construção da rodovia BR-174, que interliga o Brasil, a

Venezuela e a Guiana, e sobre a expulsão e o massacre de garimpeiros, fazendeiros e indígenas brasileiros por parte de habitantes de origem afrodescendente sudanesa da Guiana. Na época, por conta de compromissos diplomáticos, o Brasil apoiou a Guiana em relação ao conflito, e os veículos de mídia acabaram acusando os militares brasileiros do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) de terem supostamente assassinado indígenas da tribo Waimiri-Atroari para a construção da rodovia.

Segundo o Cel. Fregapani, no passado, a mineradora brasileira Paranapanema e a mineradora Taboca eram responsáveis pela produção de estanho na região, especialmente na Mina de Pitanga, localizada na cidade de Presidente Figueiredo (AM). Por conta das pressões políticas e econômicas deste “verdadeiro cartel de mineradoras transnacionais, conhecido como Team Brothers”, conforme dito pelo coronel, ele acabou saindo do controle acionário nacional. Cita-se a seguir, para ilustrar, o histórico dessas empresas, mencionado no *site* da mineradora Taboca (2022):

- 1) Em 1961, a Paranapanema, empresa de origem familiar na época, inicia sua história como empresa de construção civil pesada;
- 2) em 1969, a Paranapanema descobre ocorrências de cassiterita – minério de estanho – na região amazônica e obtém os direitos minerários em diversas áreas na província estanífera de Rondônia, fundando a Mineração Taboca S.A.;
- 3) em 1973, a Paranapanema incorpora a empresa Mamoré Mineração e Metalurgia, verticalizando a produção, passando a produzir estanho refinado;
- 4) em 1974, a Paranapanema, após anos de investimentos, consolida tec-

nologia de concentração de cassiterita, proveniente de depósitos aluvionários; 5) em 1979, a Mineração Taboca, por meio de pesquisas geológicas, descobre os primeiros indícios promissores de existência de cassiterita, em afluentes do Rio Pitinga, no estado do Amazonas; 6) em 1982, a Mineração Taboca inicia implantação e lavra na mina a 300 km de Manaus (AM), que passa a denominar-se Pitinga, gerando recursos que a transformam em um projeto autossustentado; 7) em 1987, investimentos em pesquisa e desenvolvimento permitem a Mineração Taboca avançar em tecnologias para processamento de minérios ricos em nióbio e tântalo, também presentes na mina de Pitinga; 8) em 1996, um *pool* de fundos de pensão adquire o controle acionário da Mineração Taboca e da Mamoré Mineração e Metalurgia, adotando o nome Paranapanema para denominar o novo conglomerado de empresas voltadas para a produção de metais não ferrosos; 9) em 2005, a Mineração Taboca S. A. arrenda as instalações da Mamoré Mineração e Metalurgia, no interior de São Paulo, consolidando as atividades de mineração e metalurgia de estanho sob uma única empresa; 10) em 2006, após anos de pesquisas e investimentos, a Mineração Taboca inicia o processo de substituição do aluvião pela extração da rocha primária, projeto denominado Rocha-Sã; e 11) em 2008, o tradicional grupo

minerador peruano Minsur adquire o controle acionário da Mineração Taboca e da Mamoré Mineração e Metalurgia (TABOCA, 2022).

Segundo o Cel. Fregapani, uma das estratégias utilizadas pelo cartel das mineradoras para conseguir desvalorizar e comprar as mineradoras brasileiras por meio de pressão política, especialmente pelo uso das questões ambientais e econômica, foi forçar a redução da produção de estanho e criolita, importante minério para a transformação de bauxita em alumínio, a partir da falsa alegação de que as jazidas no Brasil já estariam em

fase de esgotamento, mas que, de fato, estavam fazendo estoques desses minérios a fim de forçar, ao mesmo tempo, o aumento do preço de mercado. Outro ponto destacado pelo Cel. Fregapani foram os ataques sistemáticos pela mídia à Mina de

A preservação da Amazônia foi justificativa para a quebra da produção de arroz e para isolar populações indígenas em reservas onde existem as maiores jazidas minerais

Pitinga (AM), com a intensificação e o exagero das notícias sobre a contaminação por leishmaniose de garimpeiros daquela mina, na década de 90, que teve ressonância inclusive na Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas, na pessoa do Sr. José Belfort.

Um outro ponto importante é que, para o Cel. Fregapani, toda a questão ambiental de preservação da Amazônia foi utilizada, juntamente à questão do baixo desenvolvimento em infraestrutura, como uma “cortina de fumaça” para justificar a quebra da produção agrícola de arroz na região e, dessa forma, isolar as populações indígenas do “homem

branco” e do Brasil, em reservas muito convenientemente demarcadas nas áreas onde existem as maiores jazidas mineiras. Essas reservas são, inclusive, controladas por Organizações Não Governamentais (ONG) e organizações religiosas (como a Congregação dos Missionários da Consolata, de origem italiana, cuja expedição do padre Giovanni Calleri, em 1968, redundou no massacre do padre e de alguns integrantes da expedição pelos indígenas da tribo dos Waimiris-Atroaris, em missão de pacificação daquela tribo para a viabilização da construção da rodovia BR-174; a Pastoral da Igreja de Deus Unida, que criou a Maloca de Moscou, em Roraima; e o Conselho Indígena de Roraima-CIR, organização indígena criada na década de 1970 e ligada a entidades cristãs protestantes oriundas da Inglaterra), mantidas por capital estrangeiro, uma forma de usar as questões humanitária e ambiental como pano de fundo para esconder e preservar as reais intenções de seus mantenedores, tendo apoio, até mesmo, de partidos políticos do país e de funcionários de alguns órgãos dos Três Poderes. Para piorar, estes grupos antagonísticos promovem a migração de indígenas de outras áreas para as de interesse econômico, de forma a caracterizar a necessidade de se criarem reservas para populações que nunca viveram ali.

O coronel acredita que não há condições de se viabilizar uma industrialização na região que não seja focada apenas no trabalho artesanal de pedras preciosas e minérios, em função de a área de campina que dá acesso às regiões onde se encontram as riquezas do Escudo das Guianas se caracterizar como área alagadiça e pantanosa, também conhecida por chavascal, similar a areia movediça, não favorecendo a construção

e a preservação de estradas para se criar a infraestrutura necessária para escoamento e beneficiamento da produção. Outro ponto é que, mesmo com a possibilidade de se resolver a questão energética por meio de hidrelétricas (a despeito das imensas dificuldades criadas por partidos políticos e órgãos ambientais), a região é muito distante dos centros consumidores e o desbaste da floresta não compensaria os investimentos.

Além disso, o investimento na industrialização deveria vir acompanhado da migração de uma grande massa crítica de mão de obra qualificada para a região, pois a população local não possui a formação necessária para uma rápida e compensadora implementação de indústrias, mesmo com a Zona Franca de Manaus. A vocação natural para a subsistência da região é a produção agrícola, especialmente a de arroz, que, em seu auge em Roraima, antes de sua remoção pelas Reservas Indígenas, era responsável pelo fornecimento de alimento para este estado e também para Amazonas, Roraima, Acre, parte do Pará, Guiana e Venezuela, ocupando apenas 1% do território da Reserva Raposa Serra do Sol, além de contar com a integração das populações indígenas nas lavouras. Sobre isso, o Cel. Fregapani garante que a grande maioria dos indígenas não aprovou a criação das Reservas e apoia o retorno das lavouras.

Sobre as expressões Política, Econômica, Militar e Psicossocial do Poder Nacional em relação ao Suriname e à República Cooperativa das Guianas, o entrevistado mencionou que, por conta da composição étnica da população desses países, se torna inviável o seu desenvolvimento, a não ser pela exploração das antigas metrópoles europeias (Holanda e Inglaterra). Basicamente, especialmente na Guiana, a população se divide aproxi-

madamente em 50% de afrodescendentes sudaneses e 50% de hindus, que, por questões de cunho cultural e religioso, não dialogam, não se misturam nem se apoiam, inviabilizando qualquer esforço coordenado de desenvolvimento de seus países. Para acirrar a divisão, o acesso às Forças Armadas é preponderantemente dado aos afrodescendentes sudaneses. No tocante à Guiana Francesa, a preocupação são a França e a Otan, que possuem tropas naquele Departamento Ultramarino francês.

Especificamente sobre a expressão Militar do Poder Nacional, o coronel explicou que, por conta da situação de falta de infraestrutura de estradas e energia na região, a defesa da Amazônia deve englobar dois aspectos fundamentais: o Poder Aéreo e a existência de tropas defensivas de guerrilha autossuficientes e que empreguem os garimpeiros e os indígenas da região. Isso porque a única forma de os eventuais inimigos acessarem a região é por via aérea e porque, em terra, as tropas defensivas de guerrilha autossuficientes suprem eventuais investidas, ao mesmo tempo que devem possuir equipamentos para o combate antiaéreo.

Associada a isso, é necessária a defesa de Belém e da Ilha de Marajó, para evitar o bloqueio da foz do Rio Amazonas, que representa a retaguarda de uma eventual Zona de Defesa (ZD) ou Teatro de Operações (TO). Além disso, é importante defender as áreas de Manaus, Boa Vista e Caracarái, por serem pontos de exportação de materiais. Segundo ele, é importante ser levado em consideração que, no passado, existiram (e hoje ainda existem) questões de limite entre Suriname, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa que podem servir de escaramuça ou justificativa para

eventual invasão do território brasileiro, em função, principalmente, de as áreas em litígio possuírem grandes jazidas de ouro e diamante (como a Serra do Tepequém, em Roraima) e, recentemente, ter sido descoberta uma grande área de exploração petrolífera que engloba todos os países citados, além da França (por conta da Guiana Francesa) e do Brasil. Há inúmeros exemplos de conflitos no passado entre indígenas, garimpeiros e tropas dos países desse entorno estratégico, por conta das riquezas a serem ainda exploradas.

Ao final da entrevista, o Cel. Fregapani indicou, para maior detalhamento e entendimento dos problemas e temas aqui elencados, o livro de sua autoria *A Amazônia no Grande Jogo Geopolítico – Um desafio mundial*, da Editora Thesaurus, de 2011.

DISCUSSÃO

Conforme pôde ser visto, apesar de alguns pontos de divergência entre os entrevistados, ambos pontuaram a importância estratégica da região brasileira do Escudo das Guianas para o Brasil e a necessidade de os poderes públicos priorizarem as possíveis soluções para os conflitos de interesse existentes.

De forma a melhor descrever o que foi citado nas entrevistas, apresenta-se na Tabela 1, inspirada em metodologia do Manual de Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (BRASIL, 2020), uma Matriz de Três Colunas adaptada para mostrar alguns pontos mencionados pelos entrevistados, associados às expressões do Poder Nacional (PN), de forma a dar maior clareza acerca das possibilidades de raciocínio e soluções para o Entorno Estratégico do Escudo das Guianas.

Expressões do PN	Prof. Lúcio Galdino	Cel. Gelio Fregapani
Expressões Econômica e Científica e Tecnológica	<p>A região é uma das mais antigas do planeta, formada na Era Pré-Cambriana, o que subsidiou, em seu subsolo, o surgimento de metais preciosos e semipreciosos. Estudos apontam que Roraima faz parte da bacia petrolífera da República Cooperativa da Guiana (antiga Guiana Inglesa), o que coloca o estado num cenário de estratégia econômica para o Brasil na exploração desta riqueza e que também poderá atrair a cobiça interna e externa ao território brasileiro.</p>	<p>Considerando toda a região do Escudo das Guianas, o Brasil possui em seu território cerca de 55% a 60% da área total e onde justamente se localizam as maiores concentrações de minérios de alto valor econômico e utilizados em indústrias de alto valor tecnológico agregado, como ouro, diamante, cassiterita, bauxita, criolita, estanho, nióbio, terras raras etc. Para se ter uma dimensão disso, cerca de 96% do nióbio existente no planeta se encontra na região.</p>
Expressões Econômica e Psicossocial	<p>Por conta da falta de opções de integração da população indígena, muitos dos nossos irmãos indígenas têm sido cooptados para este tipo de atividade criminosa, incluindo a prostituição e o estupro de menores e mulheres indígenas.</p> <p>A falta de outras opções econômicas para a população indígena mencionada anteriormente e o quadro adverso promovido pela entrada dos venezuelanos e do garimpo ilegal acabaram por dividir a população indígena em duas vertentes políticas: os índios classificados como “progressistas”, ou seja, a favor do agronegócio, muitos empregados antes da implantação das reservas indígenas em detrimento das grandes fazendas de plantação de arroz (rizicultura); e os índios classificados como “ambientalistas”, que defendem a preservação das florestas e da cultura indígena de forma isolacionista em relação à cultura do homem branco. Na prática, não há conflitos ou violência entre os grupos, mas essa divisão acaba por contribuir com a não resolução dos problemas, uma vez que diversos grupos externos (política brasileira) contribuem para acirrar ainda mais para que não haja um consenso advindo da população mais afetada pelos problemas aqui citados.</p>	<p>Toda a questão ambiental de preservação da Amazônia foi utilizada, juntamente à questão do baixo desenvolvimento em infraestrutura da região, como uma “cortina de fumaça” para justificar a quebra da produção agrícola de arroz na região e, dessa forma, isolar as populações indígenas do “homem branco” e do Brasil, em reservas muito convenientemente demarcadas nas áreas onde existem as maiores jazidas minerais. Essas reservas são, inclusive, controladas por Organizações Não Governamentais (ONG) e organizações religiosas, mantidas por capital estrangeiro, uma forma de usar as questões humanitária e ambiental como pano de fundo, para esconder e preservar as reais intenções de seus mantenedores, tendo apoio, até mesmo, de partidos políticos do país e de funcionários de alguns órgãos dos Três Poderes. Para piorar, estes grupos antagônicos promovem a migração de indígenas de outras áreas para as de interesse econômico, de forma a caracterizar a necessidade de se criarem reservas para populações que nunca viveram ali.</p>
Expressões Econômica, Política e Militar	<p>Os indígenas hoje são, de fato, uma reserva de pessoal para o Brasil e, consecutivamente, para as Forças Armadas, por estes estarem mais qualificados para combater, por meio do saber tradicional e <i>in loco</i>, o extravio das riquezas deste estado, o que faz deles sabedores do território <i>in natura</i> e da biodiversidade da região, representando assim um componente humano altamente qualificado para ser incluído na Defesa do país, tanto a militar como a do meio ambiente.</p>	<p>Por conta da situação de falta de infraestrutura de estradas e energia na região, a defesa da Amazônia deve englobar dois aspectos fundamentais: o Poder Aéreo e a existência de tropas defensivas de guerrilha autossuficientes e que empreguem os garimpeiros e os indígenas da região. Isso porque a única forma de os eventuais inimigos acessarem a região é por via aérea e porque, em terra, as tropas defensivas de guerrilha autossuficientes suprem eventuais investidas, ao mesmo tempo que devem possuir equipamentos para o combate antiaéreo. É importante ser levado em consideração que, no passado, existiram (e hoje ainda existem) questões de limite entre Suriname, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa que podem servir de escaramuça ou justificativa para eventual invasão do território brasileiro, em função, principalmente, de as áreas em litígio possuírem grandes jazidas de ouro e diamante.</p>

Tabela 1 – Matriz de três colunas adaptada para as expressões do Poder Nacional a partir das entrevistas

FATO	DEDUÇÃO	CONCLUSÃO
<p>A região, em face de sua formação geológica, possui riquezas minerais e de biodiversidade com alto valor e conteúdo tecnológico.</p>	<p>A exploração das riquezas minerais e de biodiversidade existentes na região representa um fator de força para o Brasil.</p>	<p>A extração das riquezas minerais e de biodiversidade de forma controlada pelo Brasil representa uma capacidade de geração de poder a ser explorada, necessitando a ampliação de parcerias estratégicas bilaterais com os países do entorno.</p>
<p>A falta da integração da população indígena com a estrutura econômica do Brasil na região, bem como a atuação de atores antagônicos e criminosos, de origem nacional e estrangeira, atíca os conflitos destes povos com a população ordeira do local e inviabiliza o desenvolvimento sustentável da região. Somada a isso, a falta de uma infraestrutura energética e de transportes que viabilize o crescimento econômico degrada ainda mais a situação.</p>	<p>A atuação dos atores antagônicos e a falta de priorização na resolução dos problemas de integração da população indígena, garimpeiros e produtores agrícolas representam um fator de fraqueza para o Brasil.</p>	<p>São necessárias políticas efetivas para a atuação do Estado brasileiro na integração não somente da população indígena, mas também dos produtores agrícolas e dos garimpeiros, em uma cadeia produtiva virtuosa nos estados do Entorno Estratégico. A resolução desses conflitos representa uma oportunidade de fortalecimento do senso de coesão e pertencimento à Pátria brasileira, além de prevenir a eventual intervenção estrangeira em nosso território, o que robustece a soberania do Brasil.</p>
<p>Tanto a população indígena como os garimpeiros, em território brasileiro, conhecem a região profundamente e sabem como sobreviver e se manter, de forma autônoma, em áreas isoladas de floresta, representando um fator de força para o Brasil.</p>	<p>A incorporação de grande parte desse contingente de indígenas e garimpeiros nas fileiras das Forças Armadas e a priorização do Poder Aéreo defensivo e ofensivo representam uma oportunidade de reforço da capacidade de defesa da região e contribuem com a integração política e econômica desses segmentos.</p>	<p>A criação, a seleção e o preparo de tropas formadas com a população indígena e os garimpeiros, especialmente em táticas de guerrilha de selva e capacidade de defesa antiaérea, podem representar uma fonte de geração de poder para o Brasil.</p>

CONCLUSÕES

A despeito das eventuais divergências de opiniões apresentadas pelos entrevistados, o que se percebe é que ambos apresentaram importantes visões sobre o tema e que elas contribuem para a reflexão sobre as ações que possam ser tomadas visando ao desenvolvimento da região, que faz parte do Entorno Estratégico¹ definido na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END) em vigor (BRASIL, 2020).

Na opinião deste autor, para que o Brasil possa defender a sua soberania e aproveitar de forma autossustentada e equilibrada o imenso potencial de geração de força e poder do Entorno Estratégico do Escudo das Guianas, a solução passa pela integração da população local, com

resolução dos conflitos entre produtores agrícolas, garimpeiros e indígenas e a melhoria da infraestrutura energética e de transportes da região, de forma a incentivar a economia local com atividades que não somente atendam ao crescimento e à produção de riquezas, mas também incluam a preservação do meio ambiente e a defesa nacional.

Embora este artigo não esgote o tema, espera-se que ele sirva de incentivo para que mais brasileiros conheçam a Amazônia e a sua importância, de forma que os diversos segmentos de nossa sociedade possam trabalhar de forma sinérgica para o melhor aproveitamento do potencial supracitado, a fim de garantir as condições de atingimento do bem comum aos cidadãos de todos os matizes do nosso querido Brasil.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREAS>; Amazônia; Guiana;
 <ARTES MILITARES>; Defesa Regional;
 <ECONOMIA>; Desenvolvimento;
 <PODER MARÍTIMO>; Importância Estratégica;
 <POLÍTICA>; Desenvolvimento;

¹ A área de interesse prioritário para o Brasil, a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. Fundamentos do Poder Nacional/ [Escola Superior de Guerra]. Rio de Janeiro: ESG, 2019. 164 p.: il. Edição 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual de Doutrina de Operações Conjuntas* (MD30- M-01). Vol. 2, 2ª. ed. Brasília, 2020.
- G1. “Garimpo ilegal degrada área igual a 200 campos de futebol na terra Yanomami em três meses”. Seção Roraima. 25 mai. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/25/garimpo-ilegal-degrada-area-igual-a-200-campos-de-futebol-na-terra-yanomami-em-tres-meses-fotos.ghtml/>. Acesso em: 7 maio 2022.
- GUIAME. “Missionário é interrogado pela Funai após entrar em terra de índios isolados”. 2. jan. 2019. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/missoes-acao-social/missionario-e-interrogado-pela-funai-apos-entrar-em-terra-de-indios-isolados.html/>. Acesso em: 7 maio 2022
- SOUSA, Rafaela. “Demarcação de terras indígenas”. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/demarcacao-terras-indigenas.htm/>. Acesso em: 7 maio 2022.
- TABOCA. “História”. Disponível em: <https://www.mtaboca.com.br/paginas/historia.aspx/>. Acesso em: 7 maio 2022.
- WIKIPEDIA. “Escudo das Guianas”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escudo_das_Guianas/. Acesso em: 7 maio 2022.